

DESAFIOS DA AUTOGESTÃO E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

Gabriel Gualhanone Nemirovsky – UFMS; Édi Augusto Benini – UFT;

Elcio Gustavo Benini – UFMS; Eziel Gualberto de Oliveira – UFMS

gabrielgnemi@gmail.com; edibenini@gmail.com;

elciobenini@yahoo.com.br; eziliveira@gmail.com

GT: Desafios da Autogestão

RESUMO

Em razão do excesso de estudos de caso isolados e outros *modismos metodológicos*, a compreensão dos desafios da autogestão na economia solidária testemunha uma crônica descontinuidade de interpretações. Defendemos, portanto, a perspectiva de que a adoção de métodos comparativos *cross-case* em *qualitative comparative analysis* (QCA) poderia auxiliar a integração de abordagens qualitativas dirigidas à investigação dos distintos fatores que determinam o desenvolvimento de Empreendimentos Econômicos e Solidários (EES). Nesse sentido, conduzimos esse ensaio teórico, baseado na pesquisa realizada por Nemirovsky (2014), para a construção de uma matriz analítica que permita identificar e sistematizar o plexo de atores, recursos, processos e interrelações que circunscrevem os EES, operacionalizando essa abordagem epistemológica inovadora em economia solidária. O presente trabalho encerra-se com uma breve discussão sobre as possibilidades de estudos futuros a partir da utilização do instrumento de investigação aqui apresentado.

INTRODUÇÃO

O surgimento da economia solidária como campo próprio de estudos científicos, desenvolvendo-se como objeto de análise independente, representou um importante marco para o florescimento de múltiplas abordagens sobre a práxis engendrada pelos empreendimentos econômicos e solidários (EES)¹. Tal profusão de estudos tornou a economia solidária em um campo de pesquisas contestado por diversas propostas epistemológicas cujas interpretações, análises e prescrições não raramente conflitam entre si, em razão de fatores como: escopo das pesquisas, métodos de abordagem, procedimentos analíticos e posturas político-ideológicas dos pesquisadores.

¹ Os EES possuem configurações organizacionais diversas, tais como: associações de produtores, centros de comercialização de produtos solidários, clubes de troca, fábricas recuperadas por trabalhadores, cooperativas populares de produção e/ou consumo.

É possível verificar junto à base de dados correntes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)² a existência de 109 linhas de pesquisa direcionadas diretamente à economia solidária, sem mencionar a existência de pesquisas endereçadas a temas correlatos, tais como: associativismo, cooperativismo popular, políticas públicas de economia solidária e autogestão.³

No entanto, conforme aponta diagnóstico de Gaiger (2012), em que se pese o vultoso fluxo de produções bibliográficas orbitando essa temática, percebe-se certo predomínio do caráter *normativo* das propostas de estudo sobre a capacidade analítica das mesmas, implicando em uma dificuldade generalizada de se submeter a compreensão dos fenômenos que permeiam a *vida organizativa* da economia solidária à formação de um arcabouço contínuo e interconexo de interpretações. Para Bertucci (2010), tal carência analítica se deve ao apelo majoritário das pesquisas em economia solidária a estudos isolados e sem a necessária preocupação com a generalização de seus resultados, inibindo as possibilidades de integração desses estudos com outros métodos de pesquisa.

Calbino e de Paula (2013) não só confirmam esse *modismo metodológico* como evidenciam outras tendências para as pesquisas em economia solidária, avaliando-a, no entanto, sob a orientação da perspectiva organizacional da *administração*. Segundo o trabalho bibliométrico dos autores, cobrindo o período de 1970-2010, há uma clara inclinação dos estudos para propostas qualitativas de pesquisa – 83,8% das teses/dissertações e 81,4% dos trabalhos em periódicos – focadas unicamente em EES – 61,6% das teses/dissertações e 49% dos trabalhos em periódicos – ignorando outros elementos meso e macro-organizacionais, para a reprodução majoritária de Estudos de Caso – 58,1% das teses/dissertações e 53,4% dos trabalhos em periódicos.

A apreciação *organizacional* da economia solidária tem seu marco nos encontros de Estudos Organizacionais realizados pela Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração (ANPAD) dos quais os trabalhos de Costa e Carrion (2008), Faria *et al* (2008), Behr e Paula (2008), Vargas (2002), Passos (2008) e Gomes, Pessoa e Faria (2008) merecem menção por sua natureza exploratória e teórico-metodológica. Além desses estudos, e mais recentemente, os trabalhos de Ribeiro e Müylder (2014) e Ferrarini, Gaiger

² Consulta realizada em 05 de Março de 2015.

³ A consulta realizada por Gaiger (2012) à base do CNPq revelou o registro de 30.081 pesquisadores voltados para a pesquisa em economia solidária e suas temáticas correlatas.

e Veronese (2013) possibilitam observar os constrangimentos e impasses existentes para a superação de perspectivas teóricas parciais e unilaterais.

Não obstante a essas tentativas de consolidação de um marco teórico consistente, tais discussões organizacionais majoritariamente repousam, em nosso entendimento, em perspectivas isoladas ora estritamente teóricas ora acentuadamente específicas quanto ao objeto de análise, uma vez que não se pode observar em nenhum desses estudos a tentativa de desenvolver teoricamente ou de aplicar instrumentos de análise qualitativa que permitam compreender os fenômenos organizacionais dos EES, seus condicionantes e suas determinações em múltiplos casos de estudo.

Tocando essa problemática, o presente ensaio tem também o propósito de colocar em discussão o desenvolvimento de um instrumento de análise qualitativa-comparativa para apreciação transversal de casos de EES, reunindo os elementos que configuram não só os aspectos micro-organizacionais dos empreendimentos, sob a perspectiva do trabalho associado, mas também os elementos que pertencem às instâncias meso e macro-organizacionais em que podem ser observadas as interrelações entre os empreendimentos e seus condicionantes externos: políticos, econômicos, comunitários, sociais, formativos, etc.

Para tanto, o estudo proposto encontra-se dividido em duas seções, de maneira que na primeira seção situamos a economia solidária e a autogestão em uma perspectiva dialética da estrutura social e de suas respectivas determinações históricas, identificando e descrevendo os elementos fundamentais que devem ser destacados para estruturar adequadamente o instrumento de análise que se pretende colocar em discussão. Após essa primeira etapa, realizar-se-á a apresentação da configuração dos elementos identificados na primeira seção sob a forma do instrumento analítico desenvolvido para a análise comparativa de múltiplos casos de EES, de modo a colocar em discussão suas possíveis contribuições para o preenchimento das lacunas epistemológicas outrora apontadas.

Na segunda seção, por sua vez, descrevemos o método comparativo desenvolvido por Charles Ragin, denominado QCA (*Qualitative Comparative Analysis*), que servirá de estratégia de abordagem para a integração de múltiplos casos de empreendimentos solidários, permitindo compará-los por meio de configurações de elementos observáveis cuja presença poderá ser detectada e avaliada qualitativamente.

Por fim, o artigo conduz sob a forma de considerações finais a necessidade do debate sobre novas metodologias que permitam analisar múltiplos resultados para que sejam identificados os fatores mais relevantes dentre os que são identificados pelo instrumento de investigação proposto para a construção da autogestão como proposta efetiva de emancipação do trabalho, produzindo uma ferramenta ampla qualitativa que seja complementar à ferramenta quantitativa do mapeamento dos empreendimentos em território nacional.

Situando a Autogestão e a Economia Solidária: elementos e eixos analíticos fundamentais para a construção de uma Matriz Analítica

Compreender a economia solidária e suas manifestações concretas – associações, coletivos informais, cooperativas, fábricas recuperadas, etc – sob uma perspectiva histórica autêntica implica se afastar da percepção de Lévi-Strauss (1989, p. 291) para o qual a história apresenta-se apenas como procedimento para se “inventariar a integralidade dos elementos de uma estrutura qualquer, humana ou não humana”. Pelo contrário, a história e o sentido da *ação histórica* devem ser avaliados, conforme propõe Meszáros (2011), a partir das mediações dialéticas que se desenvolvem entre determinada estrutura social e as determinações sócio-históricas que lhe são presentes e também aquelas que lhe são *trans-históricas*.

Essa concepção permite apresentar a economia solidária como cristalização de uma forma histórica de organização do trabalho que surge no Brasil, segundo Singer (2002), a partir da década de 1980, em função da profunda crise econômica que se instalou no país e que atravessou a década de 1990, a partir da abertura comercial pré-matura cuja consequência imediata foi o aumento do desemprego estrutural e a desestruturação do mercado de trabalho, fazendo emergir novas configurações de trabalho, segundo Antunes e Alves (2004).

Em Laville e França-Filho (2004), a observação dessa origem recente valida a conclusão de que a economia solidária manifesta-se em meio à crise da *sociedade salarial*, enquanto forma distinta de relação socioeconômica não mercantil que se funda predominantemente na reciprocidade e na *dádiva maussiana*. No entanto, a reestruturação produtiva que dá origem à heterogeneidade da força de trabalho, tal qual a crise do assalariamento considerada pelos autores, é apenas camada superficial da profunda crise

estrutural do capital, descrita em Meszáros (2002) que coloca em evidência os limites do controle metabólico do capital sobre o modo de reprodução social.

Muito mais significativa é, portanto, a gênese histórica da economia solidária, pois sua conformação se dá justamente na consumação da fase de ascensão global do capital em que, inelutavelmente, generaliza-se a crise de sociabilidade da forma capitalista de produção. Conseqüentemente, a crise das mediações que sedimentam, conforme salienta Meszáros (2006), a transcendência da alienação do trabalho – a propriedade privada e suas *personificações*, o dinheiro e suas mistificações, o *fetichismo* da produção, o Estado como materialização política do capital – possibilita à classe trabalhadora cimentar novas relações de trabalho, *aparentemente*, defensivas em relação à destrutividade totalizante do capital.

Esta defensividade, no entanto, não deve ser tomada unilateralmente ou como forma de convivência pacífica entre a economia solidária e o modo hegemônico de produção do capital, como pretendem os autores que se amparam na lógica de Polanyi (2000) ou na tese de Singer (2004), pelo contrário, a estratégia de consolidação do trabalho associado entre os trabalhadores-dirigentes de EES conduz a economia solidária ao resgate do *projeto histórico* da autogestão, cuja defesa acadêmica tem sido duramente criticada por Gaiger (2012) por conter, segundo ele afirma, conteúdo determinístico impróprio à investigação científica.

Sendo a autogestão tomada como projeto, resta saber, no entanto, a que propósito serve, quais são seus mecanismos de *ação*, sua viabilidade e potencialidades e, principalmente, quais são suas limitações estruturais. Oportunamente, cabe reproduzir a concepção de Nascimento (2004, p.2), segundo a qual a autogestão representa “a construção permanente de um modelo de socialismo, em que diversas alavancas do poder, os centros de decisão, de gestão [...] encontram-se nas mãos dos produtores-cidadãos, organizados livres e democraticamente”.

A validade de tal argumento implica uma profunda transformação pela qual devem passar não só as esferas da produção material, mas também todas as esferas de reprodução social, de modo que se complete a transição do trabalhador-dirigente, inscrito e limitado ao *microcosmo* da produção associada, rumo à gênese do produtor-cidadão, *livre e democraticamente* organizador da produção social global.

O desafio que esta tarefa histórica impõe sugere que o acúmulo de experiências anteriores de auto-organização da classe trabalhadora – o cooperativismo revolucionário europeu, a comuna de Paris, os conselhos *soviets*, a Revolução dos Cravos, as fábricas recuperadas na América Latina, etc. – caminhe em uma trajetória teleológica inevitavelmente *aberta*, em que naturalmente possam ser observadas *continuidades e rupturas* em relação à ordem metabólica vigente. Nesse sentido, o conteúdo determinístico impróprio à investigação científica recai exatamente na tentativa de se assegurar acadêmica e politicamente que a concretude do projeto *autogestionário* manifestado pelos EES não possa e não *precise* ultrapassar as barreiras da estrutura social do capital.

De outro lado, como ressaltam as pesquisas de Guillerm e Bourdet (1976), Benini e Benini (2010) e Novaes (2011), a autogestão, *in statu maturitatem*, pressupõe o evanescer de mediações sociais não antagônicas que transformem toda a estrutura em que se assentam as relações sociais de produção e as forças produtivas, a superestrutura jurídico-política que lhe é correspondente e, por último, as formas de consciência que dela se desenvolvem.

Tendo em vista o horizonte de reestruturação radical da sociabilidade e de sua práxis subjacente, a consumação da autogestão aponta para a perspectiva de que a *atividade humana* não se encontra limitada à substância *prática* da vida, devendo também ser compreendida à luz da apropriação *teórica* da natureza, preservando assim o homem como *ser genérico*, tal como Marx (2004) afirma. Desse modo, o sentido da autogestão, *in statu nascendi*, na economia solidária carrega em si a noção de que a dimensão prática da atividade produtiva associada não pode estar *estranhada*, como o paradigma da *pluralidade* induz, de suas dimensões políticas, jurídicas, sociais e formativas, devendo todas *integrar* a investigação científica da práxis solidária.

Assim sendo, há que se superar, em primeiro lugar, as contradições materiais da produção que repousam na alienação do trabalho, em sua divisão hierárquico-social e nas formas reificadas de exploração da força de trabalho; em segundo lugar, o *fetichismo* da produção que subsume o *valor de uso* dos objetos ao *valor de troca* da forma-mercadoria, ao passo que fratura espacial e temporalmente as esferas da produção e da circulação; em terceiro lugar, as formas superestruturais de reprodução do capital, que se manifestam na propriedade privada e no modo de regulação social da produção; e, em último lugar, o

próprio domínio hegemônico de classe próprio às manifestações estatais do capital, que ganha forma no conflito *irreconciliável* entre classes estruturalmente antagônicas.

De posse das contingências estruturais que circunscrevem as experiências dos EES, pode-se, portanto, situar adequadamente os elementos e eixos fundamentais que se desvelam da economia solidária. Nesse sentido, busca-se compreender a totalidade de processos, recursos e interações que nutrem as relações particulares do objeto de estudo, as quais têm como *núcleo* a produção associada.

Para tanto, é necessário, primeiramente, enumerar as singularidades que caracterizam os EES. De acordo com Anteag (2009, p.18), esses empreendimentos possuem os seguintes atributos particulares: a) são organizações coletivas, organizações suprafamiliares singulares ou complexas: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca, redes e centrais etc.; b) os participantes ou sócios são trabalhadores dos meios urbanos ou rurais que exercem coletivamente a gestão de atividades, assim como a alocação dos resultados; c) são permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento ou em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; d) contam com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal; e e) realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos ou serviços) e de consumo solidário.

A partir dessa caracterização resta claro, portanto, que a *necessidade imediata* da organização associativa do trabalho é necessariamente *econômica*. Porém, como ressaltam os trabalhos de Novaes (2011), Coraggio (2000), Razeto (1993), Nunes (2009), Brasil (2005), Singer (2002, 2007), Mance (2003) e Barbosa (2007), a *atividade* dos EES transborda os limites dessa finalidade e, portanto, sua apreensão em totalidade exige ampliação do escopo econômico *imediato*.

A lógica desse raciocínio supõe que se realize a identificação dos *eixos analíticos*⁴ que permitam decompor *teoricamente* a práxis da economia solidária, em favor de sua

⁴ A preferência por *eixos analíticos* ao invés de *dimensões* considera que o sentido da práxis é *uno*, no entanto portador de uma *complexidade causal* que pode ser devidamente esclarecida pelo método lógico-

inteligibilidade, como método de *exposição* do estudo. Dessa forma, os autores supracitados permitem reconhecer a existência de cinco *eixos* distintos, porém interconexos: 1º) o *eixo nuclear* dos EES em que se situam os elementos que fundamentam o trabalho associado e sua organização democrática; 2º) o *eixo competitivo-cooperativo* em que estão relacionadas as formas de integração essencialmente mercantis e formas não necessariamente mercantis; 3º) o *eixo formativo* da economia solidária em cujo bojo estão localizadas as instâncias externas e *corporificadas*, responsáveis pela *pedagogia do trabalho associado*; 4º) o *eixo societal* da economia solidária em que o *engajamento* dos EES, enquanto movimento social, é observado por meio de sua conexão com reivindicações sociais e comunitárias; e 5º) o *eixo jurídico-político* em que se localizam as instâncias de consolidação do marco legal da economia solidária e da implementação de políticas públicas específicas pra seu fomento e crescimento.

Especificamente, as pesquisas de Singer (2002, 2007), Novaes (2007), Faria, Dagnino e Novaes (2008), Benini e Benini (2010) e Leal (2011) possibilitam entender que o *eixo nuclear* dos EES comporta: a) a assembleia como epicentro democrático para a tomada de decisões na organização do trabalho associado; b) a estratégia e o planejamento democráticos como fontes da *densidade ontológica* da economia solidária rumo à autoestão do trabalho; c) a democratização de recursos e operações, como consequência da divisão não antagonica dos trabalhadores no interior do processo de trabalho; d) os *processos formativos* que colocam em pauta a qualificação dos trabalhadores associados para a consumação de seu *domínio sobre o trabalho*; e e) a tecnologia e sua Adequação Sociotécnica como fontes de reestruturação das *forças produtivas*, para além do mero mimetismo tecnológico que impera no avanço destrutivo da produção de capital.

O *eixo competitivo-cooperativo*, por sua vez, coloca em evidência os parâmetros avaliados por Singer (2002), Novaes (2007), Mance (2003), Benini (2012) e demonstrados, por exemplo, nos estudos de caso realizados por Arroyo (2008) e Lacerda (2009) segundo os quais se faz necessário conhecer os aspectos mercantis e não mercantis que tornam perceptíveis tanto as formas de submissão e assimilação dos EES à lógica capitalista de produção e circulação de mercadorias quanto as formas de integração econômica não mercantilizadas dos EES em redes de produção, circulação, distribuição, consumo e

dedutivo, conforme Marx (1977) explicita. O termo *dimensão* não será adotado, pois este reflete a intenção de que os diferentes aspectos da *atividade* dos EES encontram-se estruturalmente separados e dessa forma, esvazia o cariz essencial da *atividade humana*.

finanças solidárias que defrontam, mesmo que incipientemente, o intercâmbio fetichista do capital.

Em seu turno, o *eixo formativo* contempla o *corpus* de elementos que servem de ponto de apoio para a aglutinação de experiências de EES e o desenvolvimento de diálogos e interlocuções em instâncias de participação coletiva. Conforme apontam os trabalhos de Alaniz (2012), Gaiger (2012), Nunes (2009), Brasil (2005), merecem menção: a) o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES); b) as Conferências Nacionais de Economia Solidária; c) a Rede de Gestores de Economia Solidária; d) os Centros de Formação em Economia Solidária (CFES); e) as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's); f) os Grupos de Pesquisa que se organizam em âmbito universitário; g) as Associações e Entidades que prestam apoio para o fornecimento de pessoal e conhecimentos que não podem ser obtidos ou ainda que não foram desenvolvidos pelos próprios trabalhadores dos EES.

Paralelamente, o *eixo societal* revela-se na comunhão de reivindicações sociais que têm no trabalho a centralidade de suas mobilizações. Nesse sentido, as pesquisas de Silva Júnior (2004), Gaiger (2012), Lisboa (2005), Ribeiro e Müylder (2014), Nobre (2003) colocam em discussão a economia solidária como elemento de afirmação para segmentos sociais, políticos e econômicos diversos, tais como: sociedades quilombolas, comunidades tradicionais, comunidades em condições de fragilidade econômica, permacultura, agroecologia, movimentos pela ampliação da participação da mulher, movimentos de cooperativas de catadores, etc. Em consequência disso, cabe avaliar a capacidade de incorporação de *demandas sociais*, a participação e a articulação dos EES com outros movimentos abrangentes e necessidades comunitárias locais.

Por fim, o *eixo jurídico-político* permite adensar as instâncias em que se define o marco legal da economia solidária e as políticas públicas de economia solidária. De fato, os estudos de Barbosa (2007) e Schiochet (2009) permitem incluir nesse eixo a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), a Frente Parlamentar da Economia Solidária e em nível regional/local as secretarias conselhos estaduais e municipais de economia solidária. Identificar essas instâncias possibilita avaliar se os EES estão sendo contemplados com recursos para seu

fomento e crescimento e se estão incluídos nos canais de participação viabilizados nacionalmente e/ou em seus territórios específicos.

Por meio dessa caracterização, manifesta-se a intenção de denotar que a práxis organizacional empreendida pela economia solidária situa-se de forma *pluri*-organizacional e *transversal*, no sentido de que, embora o protagonismo da economia solidária seja efetivado pelos EES, há que se salientar que outras organizações, instâncias, órgãos e movimentos sociais também projetam impactos que afetam sobremaneira a *existência* da economia solidária.

Identificados os diferentes *eixos analíticos* que compõem a práxis organizacional da economia solidária, tornam-se inteligíveis os elementos que permitem reconhecer a multiplicidade de caracteres organizacionais, dos quais a reflexão colocada em pauta pelo presente estudo não pode prescindir. No entanto, faz-se necessário ordenar tais caracteres em uma estrutura cognitiva adequada, em que todos os elementos possam ser vislumbrados de forma interconexa, uma vez que o objetivo central da análise é possibilitar a investigação integrada práxis organizacional da economia solidária, sob a perspectiva comparativa da abordagem QCA.

Para darmos início a formação da estrutura cognitiva para apreensão da economia solidária faz-se necessário manter-se em perspectiva que a *atividade* dos EES será compreendida como síntese de uma práxis organizacional *una*, porém multifacetada, cuja inteligibilidade implica a necessidade de que sua *unidade* seja decomposta em elementos *teoricamente* diferenciáveis.

Às verves dessa consideração, o estudo de Nemirovsky (2014) possibilita representar os *eixos analíticos* e seus elementos específicos de forma a estruturá-los em acordo com os impactos específicos que cada qual, isoladamente, proporciona à economia solidária. De fato, mantém-se nessa caracterização a *centralidade* da organização democrática do *trabalho associado* como força propulsora das relações causais que se manifestam *em* e *entre* os eixos evidenciados. No entanto, a configuração dessas relações não deve necessariamente ser entendida a partir um *determinismo unilateral* ou *mecânico-estrutural*, mas como síntese das imbricações que essas relações.

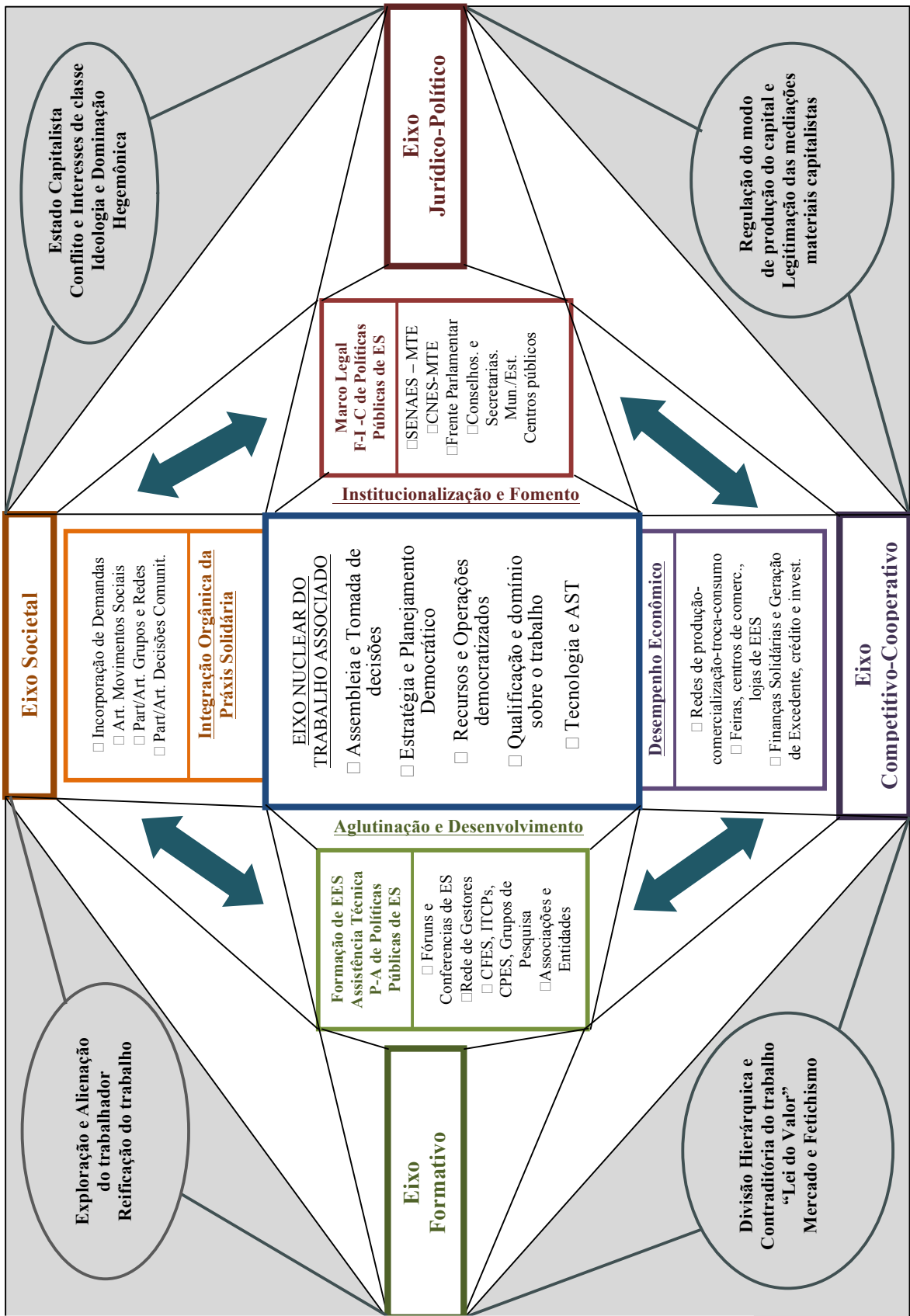


Figura: Matriz Analítica para estudos organizacionais na economia solidária
Fonte: adaptado de Nemirovsky (2014).

A Matriz Analítica apresentada coloca em perspectiva a rede de relações causais que concorrem para a organização do trabalho associado em EES e, sobre isso, algumas considerações primárias devem ser feitas: em primeiro lugar, tem-se a compreensão de que a economia solidária desenvolve-se *sob* o espectro do controle metabólico exercido pelo capital por meio de seus condicionantes estruturais os quais, por sua vez, limitam e regulam a economia solidária, comprimindo o escopo de sua autogestão; e em segundo lugar, ressalta-se que, *internamente*, cada *eixo analítico* compõe-se de subcondicionantes os quais possuem tanto atribuições *imediatas* para com os EES quanto contribuições à consolidação da autogestão *in statu nascendi*.

Em relação à primeira consideração, constam nas elipses as mediações e processos que atuam como constrangimentos estruturais que limitam o desenvolvimento da práxis organizacional dos EES tomados isoladamente e que impõem à economia solidária, como um todo, limitações para seu projeto de autogestão. Por outro lado, em relação à segunda consideração, os diferentes eixos de análise são expostos de forma a manifestar a compreensão de que a evolução das práticas de autogestão configuradas no *eixo nuclear* dos EES não depende somente dos aspectos qualitativos internos da organização democrática do trabalho associado, mas envolve, além disso, a necessidade de que todo o plexo de subcondicionantes da Matriz Analítica também se coloque em avaliação.

Não obstante, as setas que se situam entre cada grupo de condicionantes implica a noção de que há relações causais de escopo mesoanalítico que merecem destaque para a investigação. A importância desse elemento reside no fato de que, por exemplo, a existência de uma política pública de economia solidária, deliberada no âmbito de um conselho estadual de economia solidária e implementada por um órgão executivo (secretaria especializada ou não), que acarrete o desenvolvimento de, hipoteticamente, um Centro Público de Economia Solidária o qual, por sua, estabeleça redes de colaboração solidária entre diferentes EES, significa que vários subcondicionantes causais relacionam-se de forma imbricada e complexa.

Ao inventariar os elementos condicionantes sob a forma de estrutura de entrelaçamentos, a Matriz Analítica expõe, a um só tempo, os condicionantes micro – *eixo nuclear* –, meso – a relação entre os *eixos analíticos* – e macroanalíticos – a relação entre os *eixos analíticos* e os constrangimentos *macroestruturais* do capital – da práxis organizacional da economia solidária. Nesse sentido, a Matriz Analítica oferece

importantes subsídios para a abordagens comparativas orientada-por-casos (*case-oriented*), uma vez que permite uma abordagem *integrada e integral* da economia solidárias e de seus determinantes de uma forma dinâmica.

De posse dos caracteres destacados anteriormente, encaminha-se a seguir a discussão do método QCA, suas particularidades, seus elementos essenciais, seu propósito e seus procedimentos internos.

Da Matriz Analítica à perspectiva dos estudos comparativos sob o método QCA

Destarte, o método QCA, cujo desenvolvimento seminal deve-se a Charles C. Ragin – Ragin (1987, 2000, 2008) – tem sua origem nas discussões sobre a aplicação de procedimentos comparativos de investigação nas Ciências Sociais, principalmente em razão dos constrangimentos analíticos e técnicos que estes apresentavam em fase anterior ao advento do QCA.

Segundo Ragin (1987), o QCA tem sua *razão de ser* em investigações científicas orientadas por estudos de caso e sua gênese deve ser compreendida tanto como proposta crítica à divisão epistemológica que posicionava de forma antagônica métodos qualitativos e quantitativos quanto como contraposição à hegemonia das perspectivas quantitativas para análises transversais de múltiplos casos. Desse modo, a abordagem do QCA deve ser compreendida como forma de interlocução entre as apreciações qualitativas e quantitativas sobre os objetos investigados. Além disso, o QCA representa um pacote analítico que permite apreender os elementos *necessários/desnecessários e suficientes/insuficientes* para a compreensão lógica da *complexidade causal* que se pretende analisar.

Para tanto, Ragin (1987) esclarece que a análise deve ser conduzida de acordo com os seguintes parâmetros: em primeiro lugar, há que se reconhecer *o que* se pretende identificar como o *resultado* desejado (*outcome*) a ser apurado no decorrer da análise e, em sequência, os casos positivos em que este resultado é observável; em segundo lugar, deve-se identificar os casos negativos, que apesar de conterem características comuns aos casos positivos, não conseguem, no entanto, alcançar o resultado desejável; e em terceiro lugar, impera a necessidade de se estabelecer os *condicionantes causais* que concorrem para a obtenção do *resultado* desejado, de modo que se torne inteligível a estrutura de relações causais que deve ser avaliada.

Após essa fase inicial, ainda segundo o autor, procede-se à avaliação *lógico-dedutiva* dos *condicionantes causais* identificados anteriormente, por meio da construção de uma *tabela-verdade* em que os múltiplos são colocados em observação de acordo com as combinações de *condicionantes causais* que eles exibem. Nesse sentido, o que se pretende colocar em perspectiva é a análise das configurações de *condicionantes causais* que *logicamente* possibilitam alcançar o *resultado* almejado.

Ainda, as configurações de *condicionantes causais* são avaliadas levando-se em consideração a porcentagem de casos que atingem tal resultado, de forma que essa análise verifica a *consistência* da amostra em relação às configurações possíveis. A *consistência* pode ter variação 0 ou 1, indicando *consistência perfeita*, respectivamente a ausência de casos que alcançaram o resultado ou a totalidade deles, ou um resultado, por exemplo, de 0,5 em que se observa uma *inconsistência perfeita*. Esse passo permite a identificação de casos *contraditórios* que exigem a preocupação da investigação com as particularidades observadas em um determinado caso e, por outro lado, pode esclarecer com maior segurança as diferenças marcantes entre casos positivos e negativos. Além disso, a observação dessas *consistências* possibilita encontrar em *casos contraditórios* certos *condicionantes causais* cuja relevância para o *resultado* ainda era questionável.

Encerrada a segunda parte do método QCA, inicia-se, conforme Ragin (2000), a etapa de análise da *tabela-verdade* para a avaliação adequada da *suficiência/insuficiência e relevância/irrelevância* dos *condicionantes causais* colocados em perspectiva na tabela. Esse procedimento, realizado geralmente pela programação de algoritmos em *softwares* específicos, supõe uma comparação por pares de *condicionantes*, de modo que seja possível a simplificação de *condicionantes* para um mesmo grupo de observações, diminuindo a redundância das análises. Como resultado, este processo culmina na identificação das relações causais que levam ao *resultado*.

Por último, a quarta fase do método QCA refere-se à avaliação dos resultados obtidos pela terceira etapa de procedimentos analíticos. Segundo Ragin (1987), a fase de avaliação compreende a tentativa de se extrair dos resultados a suas repercussões analíticas, as quais permitem que o pesquisador se volte aos casos estudados e teste a aproximação entre os resultados obtidos e a realidade observável dos casos. Isso conduz a

análise para a avaliação das próprias configurações de *condicionantes causais* colocada em aplicação para os estudos dos casos escolhidos.

Se aplicado adequadamente ao estudo da práxis organizacional da economia solidária, o método QCA, a partir dos subsídios fornecidos pela Matriz Analítica, torna-se possível observar quais eixos analíticos, ou mais especificamente, quais subcondicionantes causais exercem impacto mais relevante para a autogestão dos trabalhadores nos EES. Tal indicativo favorece potencialmente a obtenção de elementos para se determinar com maior clareza os *porquês* e *como* determinados casos de EES exibem resultados mais favoráveis do que outros, mesmo que os últimos também estejam sob a atuação dos mesmos condicionantes causais.

Se, por exemplo, se considerasse uma análise do *desempenho econômico dos EES* tendo-se como *resultado* a existência de *sobras* para distribuição entre os membros dos empreendimentos, poderiam ser elencados, de forma simplificada, os seguintes condicionantes: 1) a formação técnica fornecida por CFES; 2) a existência de Centros de Comercialização de Economia Solidária para a venda de produtos do EES; 3) a implementação de políticas públicas municipais para aquisição de produtos da economia solidária; e 4) a existência de *planejamento estratégico* dentro do EES em questão. Desse modo, a *tabela-verdade* seria organizada da seguinte forma:

Tabela 1
Tabela-Verdade para abordagem QCA

Config.	Assist. CFES	Centr. Comer	Pol. Públic	Plan. Estrat.	EES com Sobras	EES sem Sobras	Consist
1	0	0	0	0	0	0	-
2	0	0	0	1	0	0	-
3	0	0	1	0	0	4	0
4	0	0	1	1	1	5	0,167
5	0	1	0	0	0	0	-
6	0	1	0	1	4	0	1
7	0	1	1	0	0	0	-
8	0	1	1	1	5	0	1
9	1	0	0	0	0	3	0
10	1	0	0	1	1	7	0,125
11	1	0	1	0	0	10	0
12	1	0	1	1	0	0	-
13	1	1	0	0	1	5	0,167
14	1	1	0	1	6	0	1

15	1	1	1	0	6	2	0,75
16	1	1	1	1	8	0	1

Fonte: elaborado pelos autores à partir de Ragin (1987, 2000)

Na *tabela-verdade* utilizada para o exemplo a primeira coluna – **Config.** – indica todas as configurações logicamente possíveis dados os quatro condicionantes causais considerados, existentes (1) ou inexistentes (0), de forma que os casos analisados foram avaliados de acordo com a consistência (porcentagem dos casos, dentro de um mesma configuração, em que o *resultado* se verificou) que demonstram em relação às configurações possíveis.

Em primeiro lugar, deve-se colocar em evidência que cinco configurações (1, 2, 5, 7, 12) não apresentaram consistência para o estudo, uma vez que não houve nessas configurações a presença nem de casos *positivos* ou *negativos*. Em segundo lugar, pode-se observar a presença de sete configurações não contraditórias (consistências 0 ou 1), três das quais não apresentam o *resultado* (3, 9, 11) e quatro configurações que apresentam o *resultado* (6, 8, 14, 16). Além disso, observa-se que quatro configurações são contraditórias (consistências entre 0 e 1), entre as quais três são próximas à 0 (4, 10, 13) e uma é próxima a 1 (15).

As configurações contraditórias implicam revisão da análise das configurações, de modo que seja revisto o nexos causal entre condicionantes e *resultado*. Dessa forma, ao nos remetermos para os casos estudados, poderíamos, por hipótese, observar que os três casos *positivos* presentes respectivamente nas configurações 4, 10 e 13 tenham manifestado o *resultado* em função de doações particulares e esporádicas de recursos financeiros e, sendo esse condicionante irrelevante para a análise da amostra de casos, tais casos podem ser retirados do rol de estudos sem prejuízos à investigação. Por outro lado, ao voltarmos aos casos da configuração 15, podemos confrontar os casos *positivos* e *negativos* e extrair a informação de que em todos os casos *negativos* os EES analisados compartilham o fato de sofrerem restrições para a obtenção de crédito junto a instituições financeiras, apontando para a o condicionante “ter acesso a credito em instituições financeiras” como relevante para a análise das configurações de relações causais. Por consequência, é necessário refazer a revisão da *tabela-verdade*, incluindo agora esse novo condicionante:

Tabela 2
Tabela-Verdade Revisada

Config.	Assist. CFES	Centr. Comer	Pol. Públic	Plan. Estrat.	Acess. Cred.	EES com Sobras	EES sem Sobras	Consist
3	0	0	1	0	0	0	4	0
4	0	0	1	1	0	0	5	0
6	0	1	0	1	0	4	0	1
8	0	1	1	1	1	5	0	1
9	1	0	0	0	0	0	3	0
10	1	0	0	1	1	0	7	0
11	1	0	1	0	0	0	10	0
13	1	1	0	0	1	0	5	0
14	1	1	0	1	0	6	0	1
15	1	1	1	0	1	6	0	1
16	1	1	1	0	0	0	2	0
17	1	1	1	1	1	8	0	1

Fonte: elaborado pelos autores à partir de Ragin (1987, 2000)

Após a exclusão das configurações nas quais não havia casos *positivos* ou negativos identificados, essa segunda versão da *tabela-verdade* possibilita observar que a inclusão do novo condicionante “acesso a crédito” permitiu a separação da configuração 15 original – 6 casos *positivos* e 2 casos *negativos* – em duas novas configurações, uma vez que a nova configuração 15 contém apenas casos positivos e a nova configuração 16 apenas os casos negativos. Em adição, é possível observar que há somente consistências perfeitas e que os três casos *positivos* das configurações 4, 10, 13 foram excluídos da amostra por sua inadequação à análise proposta.

A partir desta etapa, faz-se necessário empreender a análise da *tabela-verdade* com o objetivo de exibir as diferentes configurações de condicionantes que distinguem de forma consistente os casos *positivos* dos *negativos* em respeito ao *resultado* observado. O uso do *software fuzzy-setQCA* auxilia a comparação de configurações compatíveis em que se diferenciam pela presença de *apenas* um condicionante – o que poderia ser realizado entre as configurações 15 e 17, por exemplo.

A comparação entre as configurações 15 e 17 indicaria que a existência de assistência do CFES, de centros de comercialização, de políticas públicas e de acesso a crédito implicaria a ocorrência de casos *positivos*, não sendo relevante, contudo, a presença do planejamento estratégico nos EES. Dessa forma, o condicionante que difere pode ser

eliminado da análise e uma nova configuração, agora mais simples, pode substituir as configurações 15 e 17.

Esse processo de comparação por pares, segundo Ragin (200), segue até o momento em que nenhuma simplificação a mais seja possível, de forma que apenas configurações que apresentam o *resultado* sejam submetidas a esse tipo de análise. Por outro lado, é importante salientar que o mesmo processo de comparação por pares pode ser realizado entre as configurações para as quais não havia observações e outras configuração das quais é possível distinguir apenas um condicionantes causal.

Esse procedimento de análise *contrafactual* ressalta a importância de conhecimentos profundos sobre os casos estudados de forma que a inclusão, exclusão ou simplificação das configurações exige que a investigação pelo método QCA sempre mantenha em perspectiva a *singularidade* das amostras contempladas, bem como sua representatividade *universal* em relação a todos os casos analisados. É precisamente nesse instante que a Matriz Analítica se faz importante, pois, uma vez que expõe os condicionantes causais e seus respectivos *eixos analíticos*, torna a busca por novos elementos epistemologicamente coerente com a perspectiva comparativa adotada.

O resultado da análise QCA permite que três padrões de respostas possam ser visualizados: 1) um padrão *complexo* que não utiliza nenhuma análise contrafactual; 2) um padrão *parcimonioso* em que podem ser utilizadas análises contrafactuais que impliquem baixa alteração das configurações; e 3) um padrão *intermediário* em que a utilização de configurações sem observação somente poderá render mudanças nas configurações utilizadas mediante a realização de indicações teóricas ou de observações *substantivas* sobre os casos em estudo.

Dessa forma, tendo em vista que os padrões descritos incluem soluções de interseção entre configurações (multiplicação) ou formas alternadas de configuração (soma), um resultado *complexo* poderia conter a seguinte solução “**Assist. CFES x Centr. Comer x Pol. Público x Plan. Estrat. + Acess. Cred. x Assist. CFES x Centr. Comer. x Pol. Público**”. Por outro lado, um resultado *parcimonioso* poderia ser descrito como “**Centr. Comer x Pol. Público + Acess. Cred. x Assist. CFES**”. Por último, um resultado *intermediário* do tipo “**Acess. Cred. x Assist. CFES x Centr. Comer. + Acess. Cred. x Assist. CFES**”.

3. Considerações Finais

Tendo em vista os benefícios contemplados pela abordagem QCA é, no entanto, importante considerar que, à primeira vista, essa forma de análise qualitativo-comparativa não necessitaria de um instrumento metodológico auxiliar – no caso, a Matriz Analítica - para operar seus procedimentos. Porém, de acordo como Ragin (2008), o fato de que o método QCA se constrói em função de teorias sociais de *base*, *ground-based theories*, implica que as variáveis a serem observadas nos estudos de casos sejam preempivamente extraídas do acúmulo teórico prévio envolvendo tanto a perspectiva epistemológica que fundamenta o estudo quanto os resultados de estudos de caso anteriormente realizados. Neste caso, dada a necessidade de sistematização das observações anteriores e seu enquadramento em relação à perspectiva epistemológica crítica que adotamos, a Matriz Analítica desenvolvida apresenta-se como elemento fundamental para o *design* da abordagem QCA em estudos comparativos da práxis organizacional na economia solidária.

De forma complementar, uma vez que a base de microdados do Sistema de Informações da Economia Solidária (SIES) contempla informações específicas dos EES em observação aos *eixos analíticos* identificados pelo estudo, a Matriz Analítica também pode ser utilizada para a escolha de novos estudos de casos, promovendo a integração de análises qualitativas e aprofundando o conhecimento acadêmico sobre a autogestão.

De fato, o método QCA apresenta-se primordialmente como ferramenta analítica e como pacote de procedimentos para testes de *configurações e relações causais* observadas em estudos que têm como objetivo a avaliação transversal – *cross-case* – de casos. Nesse sentido, tal ferramenta não se posiciona como perspectiva epistemológica particular ou tem a pretensão de se identificar exclusivamente com determinado arcabouço teórico-metodológico específico, sendo, portanto, compatível para a proposta que este trabalho pretende encaminhar.

Considerando isto, temos em mente que o *método* de abstração da *realidade imediata* em suas manifestações concretas rumo à compreensão das mediações e relações dialéticas que lhe põem e pressupõem, defendido por Marx (1977), possibilita a adoção da abordagem analítica do método QCA como forma *lógico-dedutiva* de apreensão da realidade. Nesse sentido, compreendemos que a quarta etapa deste método, ao colocar em contraposição os resultados obtidos e os estudos de caso analisados, comporta, por outro

lado, a apreciação histórico-dialética do objeto de estudo, configurando o *retorno do concreto abstrato ao concreto real* e assim, transformando-o em *concreto mediado*.

Referencias Bibliográficas

ALANIZ, E. P. A política pública de formação para economia solidária no Brasil (2003-2011): análise de um projeto PROESQ/PNQ executado pela Rede Abelha/RN e CFES nacional. Tese de doutorado. São Paulo, USP, Faculdade de Educação, 2012.

ARROYO, J. C. T. A Inserção de Empreendimentos da Economia Popular e Solidária no Emergente Aglomerado da Moda em Belém do Pará. Dissertação de Mestrado: Universidade da Amazônia, 2008.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E EMPRESAS DE AUTOGESTÃO E PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA. Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007. São Paulo: Todos os Bichos, 2009.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no Mundo do Trabalho na Era da mundialização do Capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

BARBOSA, R. N. C. A Economia Solidária como Política Pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007

BENINI, E. G.; BENINI E. A. As contradições do processo de autogestão no Capitalismo: Funcionalidade, Resistência e Emancipação pela Economia Solidária. **Revista Organizações e Sociedade**, Salvador. vol 17, n. 51 dez 2010. p. 605-619.

BENINI, E. A. Sistema orgânico do trabalho: arquitetura crítica e possibilidades. **São Paulo: Ícone**, 2012.

BEHR, R.; de PAULA, A. P. P. Autogestão e lógica de mercado: a experiência da colônia Cecília e os dilemas da economia solidária. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 5., 2008, Belo Horizonte. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

BERTUCCI, J. **A produção do sentido e a construção social da economia solidária**. Tese. (Doutorado em Economia), Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia. **Avaliação das Políticas Públicas de Economia Solidária**. Brasília, 2005.

CALBINO, D; de PAULA, A. P. P. Economia solidária: uma investigação sobre o estado da arte. **Gestão Contemporânea**, n. 14, 2013.

COSTA, P. A; CARRION, R. S. M. Situando a economia solidária no campo dos estudos organizacionais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 5., 2008, Belo Horizonte. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

CORAGGIO, J. L. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 91-142.

FARIA, M. S.; DAGNINO, R.; NOVAES, H. T. Do fetichismo da organização e da tecnologia ao mimetismo tecnológico: os labirintos das fábricas recuperadas. **Revista Katálysis**, v. 11, n. 1, p. 123-131, 2008

FARIA, J. R. V. de et al. Autogestão e poder: esquema de análise das relações de poder em organizações com características autogestionárias. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 5., 2008, Belo Horizonte. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

FERRARINI, A; GAIGER, L. I. G.; VERONESE, M. *Solidarity Economy Enterprises In Brazil: an overview from the second national mapping. The International Comparative Social Enterprise Models – ICSEM Project*. 2013.

GAIGER; L. I. G. Práticas sociais e Conhecimento Acadêmico no campo da economia solidária. *Revista BIB*, v. 73, p. 5-20, 2012.

GOMES, D. M. O. A.; PESSOA, R. A.; FARIA, M. V. C. M. Formação de redes de economia solidária: o caso da Rede Abelha Ceará. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 5., 2008, Belo Horizonte. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

GUILLERM, A.; BOURDET, Y. **Autogestão: Mudança Radical**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

LACERDA, J. F. B. Governar-se para quê? As Práticas de Gestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários: O caso da Cadeia Produtiva de Algodão Ecológico Justa Trama. Dissertação de Mestrado: Universidade do Vale dos Sinos, 2009.

LAVILLE, J; FRANÇA FILHO, G. C. Economia solidária; uma perspectiva internacional. **Desclé de Brouewer, Paris**, 2004.

LEAL, A. P. **Autogestão e Qualificação: uma análise sobre as possibilidades de organização coletiva a partir da relação entre trabalho e conhecimento**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná.

LÉVI-STRAUSS, C. *Des Symboles et Leurs Doubles*. Paris: Plon.1989.

LISBOA, A. de M. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. *Revista de Administração de Empresas (RAE)*, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 109-15, jul./set., 2005.

MANCE, E. A. Cadeias produtivas solidárias. In: CATTANI, Antônio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 26-8.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MESZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

- MESZÁROS, I. **A teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- MESZÁROS, I. **Estrutura Social e Formas de Consciência II: A Dialética da Estrutura e da História**. São Paulo:Boitempo Editorial, 2011.
- NASCIMENTO, C. Autogestão e o “novo” cooperativismo. Brasília, texto para discussão, 2004.
- NEMIROVSKY, G. G. Para além da Alienação: a economia solidária como crítica ao capital. Florianópolis: Novas Edições Acadêmicas, 2014.
- NOBRE, Miriam. Mulheres na economia solidária. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, p. 205-211, 2003.
- NOVAES, H. T. De tsunami a marola: uma breve história das fábricas recuperadas na América Latina. **Revista Lutas e Resistências**, Londrina, n. 2, p. 84-97, 1º sem 2007.
- NOVAES, H. T. **O Retorno do Caracol à sua Concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NUNES, D. Incubação de Empreendimentos de Economia Solidária: uma aplicação da pedagogia da participação. São Paulo: Annablume, 2009.
- PASSOS, Ó. A. V. D. Explorando novas práticas organizacionais em economia solidária: conceito e características dos bancos comunitários. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 5., 2008, Belo Horizonte. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.
- POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- RAGIN, C. C. *The Comparative Method. Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 1987.
- RAGIN, C. C. *Fuzzy-Set Social Science*. Chicago: University of Chicago Press, 2000.
- RAGIN, C. C. 2000. *Redesigning Social Inquiry: Fuzzy Sets and Beyond*. Chicago: University of Chicago Press.
- RAZETO, Luís. Economia de solidariedade e organização popular. **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, p. 34-58, 1993.
- RIBEIRO, S. D; MÜYLLER, C. F. Economia Solidária – Em busca dos elementos essenciais da sustentabilidade e solidariedade. **Organizações & Sociedade**, v. 21, n. 71, 2014.
- SCHIOCHET, V. Institucionalização das políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**. Brasília: MTE/Ipea, n. 40, p. 55-59, 2009.

SILVA JÚNIOR, J. T. Gestão, Fato Associativo & Economia Solidária: A Experiência do Banco Palmas. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal da Bahia, 2004.

SINGER, P. Introdução à economia solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. Revista Estudos Avançados, nº 18 (51): 7-22, 2004.

SINGER, P. Economia Solidária: democracia e conflito entre iguais. Otra Economía, vol 1, n. 1. 2007. p. 14-16

VARGAS, E. R. Empresa autogestionária: uma inovação organizacional competitiva? In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2., 2002, Recife. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2002.